

Conservadorismo Condicional na Indústria Bancária Brasileira com Percepção a Governança

BRUNO FRAISLEBEM FORMENTINI

Universidade Federal do Espírito Santo

SILVIO FREITAS DA SILVA

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

A Indústria Bancária Brasileira apresenta ambiente de forte regulação e supervisão, apesar da escassez da adoção das normas de convergência internacionais de contabilidade e distinção das práticas contábeis dos demais setores. Estudos anteriores analisaram a relação direta de incentivos específicos à prática de Conservadorismo Condicional em Bancos, a relevância do risco correlacionado entre as Instituições Financeiras e a preocupação em manter a esfera de Intermediação Financeira consolidada em ambiente sólido e seguro. A partir desses, originou-se o objetivo dessa pesquisa de investigar a prática de Conservadorismo Condicional nos 50 maiores Bancos do Sistema Financeiro Nacional Brasileiro com percepção aos níveis diferenciados de Governança Corporativa. A coleta de dados foi obtida diretamente no site do Banco Central do Brasil (BCB). Para atender os pressupostos desse trabalho foi utilizado o modelo proposto por Ball e Shivakumar (2005), com amostra inicial de 50 Instituições Financeiras Brasileiras no período de 2010 a 2014 em bases trimestrais com aplicação de dados em painel. O resultado dessa pesquisa constatou que os 10 bancos listados em algum dos níveis diferenciados de Governança Corporativa do Bovespa (Nível 1, Nível 2, Novo Mercado) apresentam demonstrações contábeis menos otimistas e agressivas com a prática do Conservadorismo, com influência na qualidade da informação contábil e no comportamento dos agentes. Entretanto, a avaliação do conjunto dos Bancos, não apresenta evidências no resultado de reconhecimento contábil assimétrico entre boas e más notícias. Por fim, concluiu-se que a Governança Corporativa tem relação direta com a prática de Conservadorismo Condicional, e pode-se auferir que a Governança Corporativa incentiva a prática de Conservadorismo nos Bancos.

Palavras chave: Conservadorismo, Governança corporativa, Indústria bancária.

1. INTRODUÇÃO

A teoria da contabilidade durante muito tempo teve uma postura normativa, com o papel de regular como os agentes devem proceder, mas recentemente tem buscado uma abordagem empírico-positiva, que procura prever e explicar as práticas contábeis (Iudícibus, 2010). O conservadorismo contábil tem sido utilizado como *proxy* de diversos estudos, classificado como uma das métricas da qualidade da informação contábil, com o papel de destaque na transparência da informação e reconhecimento oportuno das más notícias.

Na teoria da agência as divergências de interesse que geram os conflitos de agência e a assimetria informacional, Lopes e Martins (2005) afirmam que a qualidade da informação contábil podem reduzir esses conflitos. Uma das características do conservadorismo é evitar o otimismo nas demonstrações contábeis e a expropriação de recursos da empresa. De acordo com Iudícibus e Lopes (2004) o conservadorismo funciona como uma restrição à liberdade dos administradores e demais *insiders*, bem como investidores com poucas informações da empresa não gostariam de receber informações enganosas sobre seu desempenho.

Aquino e Cardoso (2009) argumentam que é necessário considerar: os riscos associados aos direitos de propriedade, quando da mensuração dos ativos aumenta a relevância da informação contábil; e os agentes que elaboram as demonstrações, uma vez que, praticam suas escolhas em relação a dois aspectos, escolha reduzida do conjunto dos construtos econômicos já conhecidos e a forma de mensuração permitida pelo regulador. Separar as incertezas dos ativos com destaque entre propriedade e controle com uma visão otimista dos agentes em abordagem da informação contábil intensifica as dimensões das escolhas com o pressuposto dos limites da qualidade da informação contábil (WATTS, 2003).

O conservadorismo reduz a probabilidade de ações oportunistas, porém acentuaram-se debates sobre as vantagens e desvantagens do conservadorismo contábil no que diz respeito às características fundamentais e de melhoria da informação contábil, com enfoque na neutralidade, em que a adoção do valor justo é uma das principais referências de mensuração dos ativos e passivos sugeridos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essa foi a principal argumentação do IASB para excluir o conservadorismo das características qualitativas da informação contábil, na revisão da sua estrutura conceitual, pronunciada no Brasil por meio de manifestação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC, 2011). Portanto a prática dos padrões contábeis vinculados à aplicação da norma prevalece o Conservadorismo Incondicional, que consiste na subavaliação do patrimônio, que a partir do estudo de Basu (1997) o conservadorismo condicional ganhou destaque e acrescentou força nas pesquisas acadêmicas, que identificam assimetria no reconhecimento entre boas e más notícias nos resultados.

Visto a forte regulação e supervisão a qual os Bancos estão expostos por meio dos órgãos fiscalizadores e a distinção dinâmica da abordagem dos padrões contábeis utilizados pelos demais setores, espera uma forte influência no grau de conservadorismo (Nichols, Wahlen & Wieland 2009). Como os bancos sinalizam um alto grau de assimetria de informação em relação ao risco das suas operações, principalmente no risco de crédito, a demanda por informações e particularmente, por uma visão menos otimista acerca dos seus resultados. De acordo com Lopes e Martins (2005), um país como o Brasil de características peculiares, pode-se entender e enriquecer em suas pesquisas, a partir do momento que detalhar os reais incentivos dos administradores: sistema de remuneração, *covenants*, legislação societária, clima organizacional e concorrência).

Nesse contexto os contratos incompletos contêm brechas devido à racionalidade limitada dos agentes, que não conseguem antecipar todos os eventos, e como instrumento para

corrigir falhas existentes e para evitar que os acionistas sejam expropriados de seus recursos pelos administradores eclodiu a Governança Corporativa com um conjunto de mecanismos nos quais fluíram esforços na redução dos conflitos de agência, assimetria informacional, risco moral e seleção adversa, com objetivo de minimizar os custos contratuais da firma, para que os investidores recebam o retorno pelo investimento aplicado. Como resultado dessa dinâmica espera-se um maior nivelamento de interesses nas organizações para auferir possíveis reduções nos custos de capitação e adicionar valor nas companhias (Silveira, 2004).

Dessa forma, Almeida, Scalzer e Costa (2008) destacam as medidas tomadas e práticas adotadas com direção e objetivo ao desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro resultaram na criação de níveis que exijam um maior comprometimento com as chamadas “boas práticas de governança corporativa”. Assim, foram criadas três classes: Nível 1, Nível 2 e o Novo Mercado, sendo que o Nível 1 tem o menor grau de exigências e o Novo mercado, o maior grau. Com a classificação de tais níveis seria possível identificar as empresas de acordo com o número de obrigações adicionais a legislação brasileira, e incorrer em uma escala de sinalização para o mercado.

Neste sentido a contabilidade é um mecanismo relevante da Governança Corporativa com o propósito de auxiliar na busca da qualidade da informação contábil, Coelho e Lima (2008) descrevem que a opção da empresa de aderir às listagens dos níveis de governança a obriga, em princípio, em inserir um maior comprometimento com seus *stakeholders*, independente da estrutura da entidade, e as normas brasileiras. O ponto essencial de destaque é o compromisso principal que a Bovespa almeja na direção aos direitos dos acionistas minoritários, por ser predominante no Brasil a estrutura de acionistas majoritários absolutos com uma proposta de mecanismo de proteção aos níveis estabelecidos.

Estudos anteriores não analisaram se existe evidência da prática de conservadorismo condicional na Indústria Bancária aos Bancos enquadrados nos diferentes níveis de Governança. Assim, pode se descrever o seguinte problema de pesquisa: Os bancos que fazem adoção aos níveis de Governança Corporativa apresentam evidências de Conservadorismo Condicional em seus resultados Contábeis.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a existência de conservadorismo condicional na Indústria Bancária em associação ao modelo de Basu (1997) ampliado por de Ball e Shivakumar (2005), para avaliar empiricamente a prática do conservadorismo condicional das Instituições Bancárias do SFN Brasileiro. Os testes são realizados com base nos dados das Informações Financeiras Trimestrais (IFT) dos 50 maiores bancos no Brasil listadas no Banco Central do Brasil no ano de 2010 á 2013, que estão classificados em algum dos níveis diferenciados de Governança Corporativa listado na BM&Bovespa participante do Novo Mercado, Nível 1 ou Nível 2.

Como contribuição para avanço das pesquisas, o presente estudo colabora com o conhecimento contábil a respeito do conservadorismo condicional na Indústria Bancária com percepção a Governança Corporativa com incentivos e restrições de escolhas contábeis que permitem sinalizar e analisar agressividade ou conservadorismo na divulgação das demonstrações financeiras.

Este artigo é composto de cinco seções. A primeira trata-se desta introdução, a segunda seção da fundamentação teórica do artigo, seguida dos métodos e procedimentos utilizados na pesquisa. Na quarta seção são apresentados e analisados os resultados. E por fim são elaboradas as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para fundamentação e auxílio teórico ao desenvolvimento do estudo, nesta seção são descritos os aspectos conceituais do conservadorismo contábil, sua definição e as formas com que pode ser compreendido – incondicional e condicional; os incentivos para a prática do conservadorismo contábil nas entidades; e as pesquisas que apreciarão o conservadorismo nas informações financeiras de instituições bancárias e a percepção da Governança Corporativa em relação a prática de conservadorismo.

2.1. Conservadorismo Contábil

O processo de entendimento geral conservadorismo contábil diz respeito à antecipação do reconhecimento de perdas oportunamente com a transitoriedade variações negativas dos lucros contábeis, e a não antecipação do reconhecimento dos lucros, com sua persistência e seu diferimento em resultados posteriores (Arruda, Vieira, Paulo & Lucena 2014). Entre as escolhas de mensuração dos componentes das demonstrações contábeis igualmente prováveis a preferência é por aquela opção que consista em menor valor para os ativos, e maior valor para os passivos seguindo os princípios da prudência (Arruda, Vieira, Paulo & Lucena 2014).

De acordo com Basu (1997) e Ball e Shivakumar (2005), o efeito dessa assimetria no reconhecimento de boas e más notícias também se verifica em relação à persistência dos resultados contábeis. Com esse conceito, o reconhecimento das boas notícias é menos oportuno do que o das más notícias. Os ganhos vinculados às boas notícias tendem a ser mais persistentes do que as perdas decorrentes das más notícias. Essa maior persistência dos ganhos se justificaria pelo fato de que as boas notícias se refletem apenas parcialmente no resultado presente, com maiores exigências de verificação dos eventos para reconhecimento dos ganhos, continuando a impactar os lucros dos momentos seguintes. Por outro lado, o reconhecimento oportuno das más notícias significa que a maior parcela das perdas associadas às más notícias é reconhecida no resultado presente, configurando a transitoriedade dos efeitos das notícias negativas nos resultados das empresas. Portanto, a identificação do conservadorismo se dá pela persistência dos resultados positivos e pela reversão dos componentes transitórios dos resultados negativos.

Hendriksen e Van Breda (1999) diz que a restrição legal de incerteza tem servido de base para o conceito contábil tradicional de conservadorismo.

A Prudência, também, denominada Conservadorismo, é definida como a prática contábil de antecipar perdas, mas nunca antecipar ganhos. Kam (1986) explica que diante de fatos duvidosos em relação à mensuração e aspectos de riscos sujeitos a Contabilidade, e das incertezas dos valores é sempre feita a escolha com a preferência de errar na subavaliação dos elementos positivos e no acréscimo de avaliação de itens negativos do que passar uma expectativa que pode não se realizar no futuro.

Coelho (2007) resume conceitualmente o Conservadorismo em:

(a) Incondicional: decorre da regra de que entre duas alternativas de mensuração e reconhecimento de eventos, igualmente validas, deve-se escolher aquela que resulte na menor avaliação do patrimônio; motivado pelo grau de incerteza sobre os efeitos derivados de transações iniciadas;

(b) Condicional: refere-se a possibilidade de antecipar o reconhecimento contábil de perdas econômicas, ainda não realizadas, baseando-se em eventos atuais de cunho negativo, ou seja, reconhecer fatos econômicos de forma oportuna e assimétrica, privilegiando as más notícias ante as boas.

De acordo com Scott (2009, p. 96) o conservadorismo condicional estimula o mercado de ações, dado que as suas escolhas contábeis permitem o reconhecimento tempestivo do fato ocorrido. Já o conservadorismo incondicional é simplesmente uma subavaliação do ativo no fato de postergar ou antecipar receitas e despesas direcionadas por falta da discricionariedade do administrador que não afetaram o valor de mercado as ações.

Kothari, Leone e Wasley (2005) mencionam que o conservadorismo condicional é uma ferramenta de escolhas contábeis para redução dos lucros e não permitir a elevação da remuneração. Dessa forma, essa característica qualitativa da contabilidade evoluiu para contribuir com o equilíbrio contratual em resposta aos problemas de agência. Plenamente Lopes e Martins (2005) afirmam que a informação contábil existe justamente porque os acionistas e os administradores não possuem informações homogêneas, onde a informação contábil deve amenizar o conflito de agência e a assimetria informacional.

2.2. Incentivos de Conservadorismo

De forma mais analítica, Basu (1997) e Watts (2003) sinaliza quais os fatores que podem justificar e explicar a prática do conservadorismo contábil, destaca-se: os contratos de remuneração dos administradores; os contratos de dívida; os riscos de ações de litígios por parte de investidores; os efeitos dos tributos incidentes sobre o resultado apurado; e os processos políticos e regulatórios.

Com relação aos tributos incidentes sobre o resultado apurado, Watts (2003) relata que a motivação econômica implícita para a adoção do conservadorismo é a postergação de tributos. Já em relação aos processos políticos e regulatórios, pode-se inferir que setores econômicos mais regulados e fiscalizados têm incentivos para escolhas contábeis mais conservadoras.

De acordo com Tapia, Sánchez, Alemán e Fernández (2011), por exemplo, a adoção do conservadorismo, em especial o incondicional, pode ser resultante de demandas regulatórias, as normas tem o poder de direcionar os efeitos dos padrões contábeis. O conservadorismo tem um papel relevante, especialmente em segmentos regulados como o bancário, com aspectos peculiares no atendimento específico de normas do setor, que funciona como incentivo para os administradores adotarem práticas mais conservadoras, de forma a evitarem maior escrutínio dos reguladores.

Watts (2003) menciona que o conservadorismo tem relação direta com as relações contratuais entre as empresas e seus credores, com o propósito de garantir o cumprimento das obrigações, e evidencia a forte influência que o conservadorismo exerce no campo da tributação, visto que as empresas lucrativas podem reduzir o desembolso tributário através do diferimento das receitas e aceleração das despesas com o reconhecimento na escala de tempo no resultado. Ball e Shivakumar (2005) afirmam que o conservadorismo incondicional apresenta números contábeis que afetam a qualidade da informação quando as firmas divulgam patrimônio líquido e lucros reduzidos ao longo do tempo, favorecendo a criação de reservas ocultas.

A forte estrutura de regulação e supervisão dos bancos no Brasil é relacionada com os aspectos de tributação do país, em conjunto com os aspectos políticos e econômicos. Portanto sugere-se a continuidade de pesquisas, com a finalidade de constatar as evidências de conservadorismo no que tange ao fato da existência dos incentivos mencionados no contexto.

2.3. Governança Corporativa

O IBGC (2015) define governança corporativa:

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo as práticas e os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso ao capital e contribuindo para a sua longevidade.

De acordo com Brito, Lopes e Coelho (2008), a teoria contratual da firma considera as relações entre as empresas e os agentes econômicos são por meio de um conjunto de contratos, explícitos ou não. Nesse contexto, de forma a garantir o necessário equilíbrio nas relações contratuais e proteger os interesses econômicos das partes envolvidas, as informações contábeis são utilizadas como suporte ao monitoramento dos contratos entre a empresa e os agentes econômicos. Por esse entendimento, a eficiência das relações contratuais depende essencialmente do acesso dos contratantes às informações contábeis, que complementariam, assim, os mecanismos de governança corporativa.

Sheifer e Vishny (1997) afirmam que os mecanismos de governança corporativa são legais e econômicos que podem ser alterados durante o processo político, algumas vezes para melhor. Pode-se assumir a visão de que não se deve se preocupar com a reforma da governança, pois, no longo prazo, a competição do mercado forçaria as empresas a minimizar os custos, e como parte dessa minimização adotaria regras, inclusive mecanismo de governança corporativa, capacitando-as a aventar capital externo ao custo mais baixo. Nessa teoria evolucionária da mudança econômica, a competição daria conta da governança corporativa. Como resultado, as pessoas que imobilizam seu capital precisam ter certeza de que receberão retorno desse capital. Os mecanismos de governança corporativa fornecem essa certeza. A competição no mercado de produtos pode reduzir os retornos de capital e, portanto, diminuir o montante que os gestores podem expropriar, mas não prevenir os gestores de expropriar o retorno competitivo depois que o capital foi imobilizado. A solução desse problema requer algo mais do que a competição.

Sloan (2001) afirma que além de ser um *input* importante para o processo de governança, a informação contábil-financeira é um produto do processo de governança. A informação é produzida pelos gestores, logo estes sabem que essa informação será utilizada como *input* para o processo de governança. Portanto, uma série de processos de governança corporativa evoluíram para garantir que a informação fornecida pelos gestores não está indevidamente comprometida.

A apresentação dos níveis diferenciados de governança corporativa da Bovespa, com a criação dos Níveis 1 e 2 de governança corporativa e do Novo Mercado pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA em 2001 visa destacar as empresas comprometidas com maior transparência e melhores práticas de governança corporativa, sendo a adesão voluntária, via contrato entre as partes. São três níveis distintos, com um nível de exigência crescente em termos de prática de governança. As exigências para inserção dos níveis diferenciados de governança corporativa da BOVESPA são apresentados Comparativos no Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Comparação entre os segmentos de Governança Corporativa.

SEGMENTO	NOVO MERCADO	NIVEL II	NIVEL I
Características das Ações Emitidas	Permite a existência somente de ações ON	Permite a existência de ações ON e PN (com direitos	Permite a existência de ações ON e PN (conforme legislação)

Contabilidade e Controladoria no Século XXI

		adicionais)	
Percentual Mínimo de Ações em Circulação (<i>free float</i>)	No mínimo 25% de free float		
Distribuições públicas de ações	Esforços de dispersão acionária		
Vedação a disposições estatutárias	Limitação de voto inferior a 5% do capital, quórum qualificado e "cláusulas pétreas"	Não há regra	
Composição do Conselho de Administração	Mínimo de 5 membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes com mandato unificado de até 2 anos	Mínimo de 3 membros (conforme legislação), com mandato unificado de até 2 anos	
Vedação à acumulação de cargos	Presidente do conselho e diretor presidente ou principal executivo pela mesma pessoa (carência de 3 anos a partir da adesão)		
Obrigações do Conselho de Administração	Manifestação sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da companhia	Não há regra	
Demonstrações Financeiras	Traduzidas para o inglês	Conforme legislação	
Reunião pública anual	Obrigatória		
Calendário de eventos corporativos	Facultativo		
Divulgação adicional de informações	Política de negociação de valores mobiliários e código de conduta		
Concessão de Tag Along	100% para ações ON	100% para ações ON e PN	80% para ações ON (conforme legislação)
Oferta pública de aquisição de ações no mínimo pelo valor econômico	Obrigatoriedade em caso de cancelamento de registro ou saída do segmento	Conforme legislação	
Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado	Facultativo		

Fonte: Adaptada site IBOVESPA, 2014.

Sloan (2001) afirma que os termos nos quais os investidores estão dispostos a entregar o capital são uma função da eficiência informacional e a liquidez dos mercados de capitais onde eles irão negociar seus interesses. Portanto, qualquer pesquisa em mercado de capitais com foco no papel da contabilidade na formação dos preços das ações tem potenciais implicações em governança.

Entre as práticas de níveis diferenciados de governança na Bovespa pode-se sinalizar o mercado como potencial incentivador na valorização das empresas, com reflexo das

exigências dos padrões contábeis adotados no fluxo de suas mensurações no resultado, compartilhado com a busca incessante dos estudos para tentar explicar suas evidências sobre a qualidade da informação contábil de acordo com ambiente regional, político, econômico e misto com as características das firmas capazes de explicar e direcionar as tomadas de decisões dos gestores da firma.

Bancos Listados em algum dos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa do Bovespa são apresentados na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Bancos que estão listados no Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado na Bovespa (2014).

Bancos Listados nos Níveis	
BCO ABC-BRASIL S.A.	Nível 2
BCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. (BANRISUL S.A.)	Nível 1
BCO DO BRASIL S.A.	Novo Mercado
BCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A – (BIC BANCO)	Nível 1
BCO BRADESCO S.A.	Nível 1
BCO DAYCOVAL S.A	Nível 2
BCO INDUSVAL S.A	Nível 2
BCO ITAU S.A	Nível 1
BCO PINE S.A	Nível 2
BCO SOFISA S.A	Nível 2

Fonte: Adaptado *site* Bovespa (2014).

Ramalingegowda e Yu (2012) demonstraram evidências diretas que as instituições de monitoramento são uma importante classe de investidores que exige conservadorismo como um dispositivo de governança. Esses resultados corroboraram com a sinalização de que as características institucionais afetam o conservadorismo das firmas.

2.4. Estudos Anteriores

Os estudos de conservadorismo na indústria Bancária são relativamente escassos quando comparados com os demais setores. Efetuou-se a busca por estudos da prática de conservadorismo contábil dos bancos na literatura brasileira.

Brito, Lopes e Coelho (2008) analisaram o mercado brasileiro no período de 1997 a 2007 em uma amostra de 276 bancos e não constatou evidência da prática de conservadorismo condicional no conjunto da amostra, porém quando a amostra foi segregada em dois conjuntos de bancos de acordo com o controle, foi constatado a prática de Conservadorismo nas Instituições Financeira Estatais.

Dantas, Paulo e Medeiros (2013) avaliaram 224 instituições do Sistema Financeiro Brasileiro no período de 2001 a 2010 com o objetivo de obter evidências da prática de conservadorismo Condicional na Indústria bancária Brasileira em situações de maior percepção a risco. Com esse propósito encontraram evidências de conservadorismo condicional no conjunto das instituições, quando verificado a percepção de risco, a pesquisa revelou que não há significância em relação a risco sistêmico e quando associado o Índice de Basileia como fator de risco, porém foi confirmada a relação negativa entre a prática de Conservadorismo Condicional e o nível de capitalização dos Bancos.

Arruda, Vieira, Paulo, Lucena (2014) realizaram uma pesquisa no Sistema Financeiro Brasileiro em 224 instituições no período de 1996 a 2013. Os resultados apontaram que as

instituições financeiras abertas brasileiras não são significativamente mais conservadoras nas suas demonstrações do que as Instituições financeiras fechadas brasileiras, e também foi possível concluir que os resultados das companhias fechadas são mais persistentes.

A literatura Internacional apresenta o trabalho como Nichols, Wahlen e Wieland (2009) como um dos pilares das pesquisas de Conservadorismo em Bancos e *holdings* bancárias norte-americanas com tratamento para bancos de capital aberto e fechados no período de 1992 a 2002. Os achados demonstraram a existência de um maior grau de conservadorismo para bancos com o controle de capital aberto em comparação com os bancos de capital fechado. A provisão é sinalizada com uma dos possíveis efeitos da constatação da pesquisa, pois os bancos de capital aberto reconhecem valores maiores de provisão de crédito de liquidação duvidosa.

Lima, Fonseca e Brito (2009), seguiram a mesma linha de pesquisa de Nichols, Wahlen e Wieland (2009), entretanto o campo e ambiente de pesquisa foi o Sistema Financeiro de Portugal. Os resultados foram distintos da pesquisa dos bancos norte-americanos, não constataram evidências de conservadorismo condicional e bancos de capitais abertos não apresentaram resultados mais conservadores do que bancos de capital Fechado, ao contrário do resultado das pesquisas encontradas por Nichols, Wahlen e Wieland (2009).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1. População e Amostra e Coleta de dados

Para a realização dos testes empíricos foram utilizados dados das informações financeiras trimestrais dos 50 maiores bancos integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), considerando o período entre 2010 e 2013 com redução de quatro Bancos na amostra por falta de informações, totalizando uma amostra de 46 Bancos. Inicialmente as instituições referentes aos parâmetros estabelecidos representam a população objeto de estudo. Os dados contábeis utilizados são obtidos diretamente no *site* do Banco Central do Brasil (BCB).

3.2. Desenvolvimento de Hipóteses e Especificação dos Modelos

De acordo com o desenvolvimento do referencial teórico em abordagem ao Conservadorismo Condicional e seus incentivos nesse estudo, podemos observar o ambiente de forte regulação e supervisão do Sistema Financeiro Nacional Brasileiro. Dantas, Paulo e Medeiros (2013) encontraram a relação negativa entre o Índice de Capitalização e o Conservadorismo condicional no Sistema financeiro brasileiro. Assim, confirma-se que a exposição ao risco dispara alerta as entidades de supervisão e ao mesmo tempo direciona caminhos da prática de Conservadorismo, sendo uma justificativa pela possibilidade de intervenção e cabíveis penalidades dos órgãos competentes. Entretanto, o risco sistêmico relacionado aos períodos específicos de crise econômica não foi significativo ao ponto de afirmação da prática de conservadorismo no conjunto dos Bancos do Sistema Financeiro Nacional Brasileiro.

Pode-se auferir de acordo com a literatura brasileira existente, referente a evidência de Conservadorismo a bancos no Sistema Financeiro Nacional do país, que indicadores internos de risco das entidades provocam um choque na utilidade das características contábeis de conservadorismo, despertando olhares internos das políticas dos órgãos de supervisão e regulação, porém o risco sistêmico não influenciou ou pelo menos não foi detectada essa prática nesse período no conjunto das instituições Financeiras.

Brito, Lopes e Coelho (2008) identificaram o conservadorismo condicional somente em bancos de controle Público e Dantas, Paulo e Medeiros (2013) em sinalização mais abrangente, constataram conservadorismo condicional no conjunto dos bancos, com os dois estudos realizados com dados de períodos não semelhantes, e de acordo com o contexto mencionado, surgiu à motivação da pesquisa a ser testada empiricamente em uma base de dados mais recente, a seguinte formulação de hipótese:

H1: Existe a prática de conservadorismo condicional nos 50 maiores bancos integrantes do Sistema Financeiro Nacional Brasileiro.

Conforme Brito, Lopes e Coelho (2008), Nichols, Wahlen e Wieland (2009), Lima, Fonseca e Brito (2009), Tapia *et al.* (2011), Dantas, Paulo e Medeiros (2013), Arruda *et al.* (2014) é utilizado o modelo de componentes transitórios do lucro, desenvolvido por Basu (1997) e ampliado por Ball e Shivakumar (2005). Em sua versão básica, o modelo desenvolvido para avaliar o conservadorismo condicional por meio da transitoriedade do lucro tem a seguinte especificação:

$$\Delta LL_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 D\Delta LL_{it-1} + \alpha_2 \Delta LL_{it-1} + \alpha_3 (D\Delta LL_{it-1} * \Delta LL_{it-1}) + \epsilon_{it} \quad (3.1)$$

Em que:

ΔLL = variação do lucro líquido, apurado trimestralmente, ponderado pelos ativos totais do início do período;

$D\Delta LL$ = é uma variável *dummy*, que assume valor de 1 quando ΔLL é negativa e 0 para os demais;

ϵ = é o termo de erro da regressão.

Mediante a evolução dos sistemas de governança na expectativa de atender as pressões de mercado em ambiente competitivo, surge a demanda por exigência de mecanismos eficientes capazes de aprimorar a proteção dos investidores, que tem como objetivo a mitigação dos conflitos de agência. Da seguinte forma Lopes e Walker (2008) expandem os resultados de pesquisas anteriores ao mencionarem que estruturas de governança corporativa são itens que possuem relação direta com o grau de conservadorismo. Nesse contexto espera-se encontrar assimetria no reconhecimento das boas e más notícias no resultado dos bancos do Sistema Financeiro Nacional Brasileiro que estão listados em algum dos níveis diferenciado de Governança Corporativa do Bovespa apresentado na Tabela 2.

Não foi identificado em estudos anteriores do Sistema Financeiro Nacional Brasileiro a investigação de Conservadorismo Condicional com percepção de Governança, com essa dimensão eclodiu o principal incentivo de investigar a seguinte hipótese de pesquisa:

H2: As Instituições Financeiras brasileiras listadas em algum dos níveis diferenciados de Governança Corporativa do Bovespa, que estão entre os 50 maiores bancos integrantes do Sistema Financeiro Nacional Brasileiro praticam Conservadorismo Condicional em seus resultados contábeis.

Para identificar evidências da prática de Conservadorismo Condicional nos Bancos que fazem adoção aos Níveis 1, Nível 2 e Novo Mercado de Governança Corporativa foi utilizado o modelo proposto por Ball e Shivakumar (2005), para os testes empíricos da hipótese de pesquisa assume a seguinte forma:

$$\begin{aligned} \Delta LL_{it} = & \alpha_0 + \alpha_1 \Delta LL_{it-1} + \alpha_2 \Delta LL_{it-1} + \alpha_3 (\Delta LL_{it-1} * \Delta LL_{it-1}) + \alpha_4 DGC \\ & + \alpha_5 DGC * \Delta LL_{it-1} + \alpha_6 DGC * \Delta LL_{it-1} + \alpha_7 DGC * \Delta LL_{it-1} * \Delta LL_{it-1} + \alpha_8 TAM \quad (3.2) \\ & + \alpha_9 (TAM * \Delta LL_{it-1}) + \alpha_{10} (TAM * \Delta LL_{it-1}) + \alpha_{11} (TAM * \Delta LL_{it-1} * \Delta LL_{it-1}) + \epsilon_{it} \end{aligned}$$

Em que:

ΔLL = variação do lucro líquido, apurado trimestralmente, ponderado pelos ativos totais do início do período;

ΔLL = é uma variável *dummy*, que assume valor de 1 quando ΔLL é negativa e 0 para os demais;

DGC = variável *dummy*, assumindo valor de 1 para bancos listados nos níveis diferenciados de Governança Corporativa e 0 para bancos não listados nos níveis diferenciados de Governança Corporativa;

TAM = representa o tamanho da instituição, apurado pelo logaritmo natural do total dos ativos;

ϵ = é o termo de erro da regressão.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Estatística Descritiva da Variação do Lucro

A análise da estatística descritiva da variação do lucro está inserida na Tabela 3. As estatísticas foram apresentadas em dois grupos. O painel na Tabela 1 evidencia o conjunto total da amostra dos 46 bancos e somente os bancos listados nos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa (NDGC) do Bovespa.

Tabela 3 – Estatísticas descritivas

	50 maiores Bancos SFN		Bancos listados NDGC - IBOVESPA	
	ΔLL_{it}	ΔLL_{it-1}	ΔLL_{it}	ΔLL_{it-1}
Média	0.005847	0.005623	0.003963	0.006076
Desvio Padrão	0.097482	0.097513	0.093665	0.108820
Mínimo	-0.082719	-0.082719	-0.023566	-0.023566
Máximo	2.455154	2.455154	2.455154	2.455154

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pode-se afirmar que bancos listados nos NDGC – IBOVESPA apresentam menos volatilidade na variação trimestral dos lucros contábeis no período t, em relação aos 50 maiores Bancos do SFN. Supondo evidências da existência de Conservadorismo.

4.2. Testes para avaliar o grau de Multicolinearidade

Para averiguar o grau de multicolinearidade foi aplicado o teste de inflação de variância entre as variáveis independentes analisadas os Fatores de Inflação de Variância (FIV).

Tabela 4 – Resultados dos testes de inflação de variância entre as variáveis independentes

Contabilidade e Controladoria no Século XXI

j-ésima variável	Controle tamanho	Sem controle do tamanho
D Δ LLit-1	113.08	1.44
Δ LLit-1	1945.20	3.17
(D Δ LLit-1 * Δ LLit-1)	1.98	1.19
DGC	2.07	1.91
DGC*D Δ LLit-1	2.64	2.47
DGC* Δ LLit-1	3.67	3.20
DGC*D Δ LLit-1 * Δ LLit-1	1.38	1.37
TAM	2.11	
TAM*D Δ LLit-1	114.96	
TAM* Δ LLit-1	1986.91	
TAM*D Δ LLit-1* Δ LLit-1	2.32	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme Gujarati (2006), se algum dos FIV for maior que 10, os resultados demonstrados na Tabela 2, apresentam problemas com elevado grau de multicolinearidade, evidenciado nas variáveis de controle tamanho: **tam*dvllta** e **tam*vllta**. Por esse motivo, foram aplicados os testes para estimação do Conservadorismo Condicional sem a variável de controle tamanho (tam) das Instituições Financeiras do modelo (3.2), para não comprometer o risco da robustez dos resultados empíricos em virtude dos problemas de multicolinearidade.

4.2. Testes da Correlação de Pearson

Na sequência buscou-se verificar a correlação entre as variáveis. Os resultados são apontados abaixo na Tabela 5.

Tabela 5 – Correlação das variáveis independentes e dependente no período de 2010 a 2013

.	Δ LLit	Δ LLit-1	D Δ LLit-1	(D Δ LLit-1 * Δ LLit-1)	DGC	DGC* D Δ LLit-1	DGC* Δ LLit-1	DGC* D Δ LLit-1 * Δ LLit-1
Δ LLit	1							
Δ LLit-1	-0.005	1						
D Δ LLit-1	0.079	0.091	1					
(D Δ LLit-1 * Δ LLit-1)	-0.065	0.060	-0.326	1				
DGC	0.067	0.068	-0.0501	0.080	1			
DGC* D Δ LLit-1	0.120	0.025	0.3318	-0.019	0.622	1		
DGC* Δ LLit-1	-0.008	0.825	-0.0596	0.021	0.106	-0.026	1	
DGC* D Δ LLit-1 * Δ LLit-1	-0.216	0.021	-0.1611	0.187	0.302	-0.486	0.023	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por meio de uma análise entre as variáveis independentes, verificou-se uma correlação forte e positiva entre as variáveis de variação do lucro anterior para o conjunto de bancos com

níveis diferenciados de governança em relação ao conjunto total de bancos com e sem os níveis diferenciados de governança, que são respectivamente: DGC* Δ LLit-1 e Δ LLit-1. Desse modo, rejeita-se a condição de alta correlação entre as demais variáveis do modelo de regressão do Conservadorismo Condicional aplicado na pesquisa.

4.3 Análise do Conservadorismo Condicional na Indústria Bancária Brasileira com percepção a Governança.

Para poder auferir sobre o Conservadorismo Condicional nos resultados contábeis das Instituições Financeiras, foi utilizado o modelo de dados em Painel balanceado. Para garantir a robustez das evidências empíricas encontradas no programa *Stata* 12, foram realizados o testes estatísticos para prever quais dos modelos em referência seria aplicável, efeitos aleatórios, efeitos fixos ou *Pooled*. O teste de *Chow* permitiu compreender a escolha do modelo POLS, o qual aceitou a hipótese nula para estimação pelo modelo *Pooled*. Em seguida realizou-se o teste de *Breusch-Pagan* para poder estimar por POLS ou efeitos aleatórios, com o aceite da hipótese nula do modelo de estimação POLS, de acordo com o contexto de verificabilidade acima os modelos utilizados foram estimados com dados em painel com *Pooled*.

A Tabela 6 apresenta resultados da avaliação do Conservadorismo Condicional das 50 maiores Instituições Financeiras listadas no Banco Central do Brasil e ainda percepção sobre aquelas que adotaram algum dos NDGC do Bovespa.

Tabela 6 – Conservadorismo Condicional dos resultados Contábeis

Modelo testado:				
Δ LLit = $\alpha_0 + \alpha_1 \Delta$ LLit-1 + $\alpha_2 \Delta$ LLit-1 + $\alpha_3 (\Delta$ LLit-1 * Δ LLit-1) + α_4 DGC + α_5 DGC* Δ LLit-1 + α_6 DGC* Δ LLit-1 + (α_7 DGC* Δ LLit-1 * Δ LLit-1) + ϵ_{it}				
	Alfa	Coefficiente	P-value	Sinais Esperados
Constante	α_0	-0.002	0.710	
Δ LLit-1	α_1	0.008	0.361	
Δ LLit-1	α_2	0.012	0.850	+ ou 0
(Δ LLit-1 * Δ LLit-1)	α_3	-0.225	0.718	-
DGC	α_4	0.002	0.887	
DGC* Δ LLit-1	α_5	0.001	0.958	
DGC* Δ LLit-1	α_6	-0.010	0.861	+ ou 0
DGC* Δ LLit-1 * Δ LLit-1	α_7	-13.353***	0.000	-
	$\alpha_2 + \alpha_3$	-0.213		$\alpha_2 + \alpha_3 < 0$
	$\alpha_6 + \alpha_7$	-13.363		$\alpha_6 + \alpha_7 < 0$
R ²		0,0392		
Estatística F		5,01	0,0000	
N		690		

Nível de Significância: *** 1%; **5%; *10.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 6 apresenta insignificância estatística nas variáveis Δ LLit-1 e (Δ LLit-1 * Δ LLit-1), portanto não são estatisticamente diferente de zero, considerando um nível de significância de 5%. Logo, pode-se auferir que o conjunto das Instituições Financeiras entre as 50 maiores listadas no Banco Central do Brasil não praticam Conservadorismo

Condicional, assim podemos rejeitar a hipótese de pesquisa **H1**, com evidências suficientes sinalizando que não há assimetria no reconhecimento de boas e más notícias. Os resultados corroboraram os de Brito, Lopes e Coelho (2008) nas Instituições Financeiras Brasileiras no período de 1997 a 2007. Em contrapartida, foram distintos dos resultados de Dantas, Paulo e Medeiros (2013), no período de 2001 a 2010 de 224 instituições do Sistema Nacional Brasileiro.

Os resultados do modelo ao analisar o subconjunto da amostra de bancos listado nos NDGC do Bovespa, apresentaram resultados distintos. Pode-se observar que a variável $DGC * \Delta LLit_{-1}$ não é significativa estatisticamente, nota-se que seu valor não é diferente de zero e a variável $(DGC * \Delta ALLit_{-1} * \Delta LLit_{-1})$ é significativa ao nível de confiança de 1%, com o sinal de seu coeficiente negativo, portanto espera-se que $\alpha_6 + \alpha_7$ seja menor que zero. Como todas as premissas dos sinais esperados foram atendidas para os bancos listados em algum dos níveis diferenciados de governança corporativa (NDGC), pode-se aceitar a hipótese de pesquisa **H2**.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES DE PESQUISAS FUTURAS

O presente estudo reportou-se a pesquisar evidências de Conservadorismo na qualidade das informações dos resultados contábeis dos maiores bancos do Sistema Financeiro Nacional Brasileiro. Estudos anteriores realizaram essa prática, porém a literatura não tratou da variável governança, principal fonte de pesquisa e incentivo desse estudo na relação direta com a prática de conservadorismo.

Busca-se auxiliar os agentes com subsídio referencial das informações contábeis reportadas nas demonstrações contábeis, à pesquisa encontrou evidências suficientes para aceitar a hipótese **H2**, a qual investigou as Instituições Financeiras brasileiras listadas em algum dos níveis diferenciados de Governança Corporativa do Bovespa, que estão entre os 50 maiores bancos integrantes do Sistema Financeiro Nacional Brasileiro que praticam Conservadorismo Condicional em seus resultados contábeis.

Para contribuição da ampliação da literatura de pesquisa em bancos, os resultados empíricos evidenciaram a prática de Conservadorismo Condicional na Indústria Bancária Brasileira com percepção a Governança Corporativa, na dimensão dos estudos anteriores não se encontra estudo semelhante a essa hipótese para bancos no Sistema Financeiro nacional Brasileiro. Pode-se auferir a Governança como incentivo da prática de Conservadorismo nos Bancos.

Conclui-se que a Governança Corporativa tem relação direta com a prática de Conservadorismo Condicional, confirmando que as variações positivas do resultado são persistentes e as variações negativas são mais transitórias com reconhecimento oportuno das más notícias. Nota-se evidências de resultados mais conservadores e menos agressivos em Instituições Financeiras listados em algum dos NDGC do Bovespa.

Sugere-se para futuras pesquisas verificar o grau de conservadorismo dos incentivos encontrados em pesquisas anteriores do Setor Bancário, como controle público, Índice de Capitalização e a própria Governança, para poder auferir qual desses incentivos possui maior influência sobre o Conservadorismo Condicional.

REFERÊNCIAS

Aquino, A. C. B.; & Cardoso, R. L. (2009). **O Reconhecimento Contábil e as Teorias Contratuais da Firma**. Pensar Contábil, 11(44).

- Almeida, J. C. G.; Scalzer, R. S. & Costa, F. M. (2008). **Níveis Diferenciados de Governança Corporativa e Grau de Conservadorismo: Estudo Empírico em Companhias Abertas Listadas na Bovespa.** Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP, 2(2), 118 – 131, jan./abr.
- Arruda, M. P.; Vieira, C. A. M.; Paulo, E. & Lucena, W. G. L. (2014). **Análise do Conservadorismo e Persistência dos Resultados Contábeis das Instituições Financeiras Brasileiras.** V Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis, AdCont 2014.
- Ball, R.; Shivakumar, L. (2005). Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. **Journal of Accounting and Economics**, 39(1), 83-128, 2005. DOI:10.1016/j.jacceco.2004.04.001.
- Basu, S. (1997). The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. **Journal of Accounting and Economics**, 24, 3-37. DOI: 10.1016/S0165-4101(97)00014-1.
- Brito, G. A. S.; Lopes, A. B. & Coelho, A. C. D. (2008). **Conservadorismo nos resultados contábeis de instituições financeiras estatais e privadas.** In: ENANPAD, 32., 2008. **Anais...** Rio de Janeiro: Setembro.
- Coelho, A. C. D. (2007). **Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil.** 2007. 240 f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) – Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Coelho, A. C. & Lima, I. S. (2008). **Segmentos de governança Bovespa: diferenças nos graus de conservadorismos condicional na divulgação de resultados contábeis.** *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 1(1), 17-32.
- Comitê De Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2011). **Pronunciamento conceitual básico: Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro.** 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 15 Abr, 2012.
- Dantas, J. A.; Paulo, E.; Medeiros, O. R. (2013). **Conservadorismo condicional na Indústria Bancária Brasileira em Situações de Maior Percepção de Risco.** Revista Universo Contábil, v. 9, n. 2, p. 83-103, abr./jun. 2013.
- Gujarati, D. N. (2006). **Econometria básica.** 4 ed. São Paulo: Campus.
- Hendriksen, Eldon; Van Breda, Michael F. (1999). **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas.
- IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2015). Disponível em <<http://www.ibgc.org.br>> Acesso em 03 jan. de 2015.
- Ibovespa. (2014). Segmentos de Governança Corporativa. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/servicos/solucoes-para-empresas/segmentos-de-listagem/o-que-sao-segmentos-de-listagem.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em 04 de Jan. 2014.
- Iudícibus, S. & Lopes, A.B. (2004). **Teoria Avançada da Contabilidade,** São Paulo: Atlas S.A.
- Iudícibus, S. (2010). **Teoria da Contabilidade;** 10º ed., São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Kam, V. (1986). *Accounting theory.* 2. ed. California: John Wiley & Sons.

- Kothari, S.P., Leone, A.J., & Wasley, C. E. (2005). **Performance matched discretionary accrual measures.** *Journal of Accounting and Economics*,39, 163-197.
- Lopes, A. B. & Martins, E. (2005). **Teoria da Contabilidade: Uma Nova Abordagem,** Sao Paulo: Atlas.
- Lopes, A. B., & Walker, M. (2008). Firm-level incentives and the informativeness of accounting reports: an experiment in Brazil. *Working Paper*. Recuperado em 19 september, 2009, de <http://ssrn.com/abstract=1095781>.
- Lima, G. A. S. F.; Fonseca, J. A. S.; BRITO, G. A. S. Conservadorismo nos resultados contábeis dos bancos em Portugal. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 9., 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2009.
- Nichols, D. C.; Wahlen, J. M.; Wieland, M. M. (2009). Publicity-traded versus privatelyheld: implications for bank profitability, growth, risk, and accounting conservatism. **Review of Accounting Studies**, 14(1), 88-122.
- Ramalingegowda, s. & Yu, yong. (2012).Institutional ownership and conservatism. **Journal of Accounting and Economics**. v.53, p. 98-114.
- Scott, W. R. (2009). *Financial accounting theory* (5th ed.). Toronto: Pearson Education Canada.
- Silveira, A. D. M. (2004). **Governança Corporativa e Estrutura de Propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil.** São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Administração). Universidade de São Paulo - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo.
- Watts, R. L. (2003) Conservatism in accounting part I: explanations and implications. **Accounting Horizons**, 17(3), 207-221.
- Shleifer, A. & Vishny, R. (1997). A Survey of corporate governance, **Journal of Finance** 52, 737-783.
- Sloan, Richard G. (2001). Financial accounting and corporate governance: a discussion. **Journal of Accounting and Economics**. USA, n. 32. p. 335-347. January.
- Tapia, B. A.; Sánchez, C. B.; Alemán, J. P.; Fernández, M. T. T. (2011). *Conservadurismo del resultado y riesgo de litigio en el sector bancario. Revista Española de Financiación y Contabilidad* (REFC), 40(152), p. 556-585.